

MUTIRÃO
Promotores
desafogam Vara das
Execuções Penais

Pág. 3

AÇÕES
Confira a atuação
do MPPB em todo
Estado

Pág. 5

CAJAZEIRAS
Eriosvaldo Silva
é homenageado
com nova sede

Pág. 6

CASCAVEL
Operação conjunta
desmantela gangue
de roubo de veículos

Pág. 7



INFORMATIVO
**MINISTÉRIO
PÚBLICO**
Paraíba

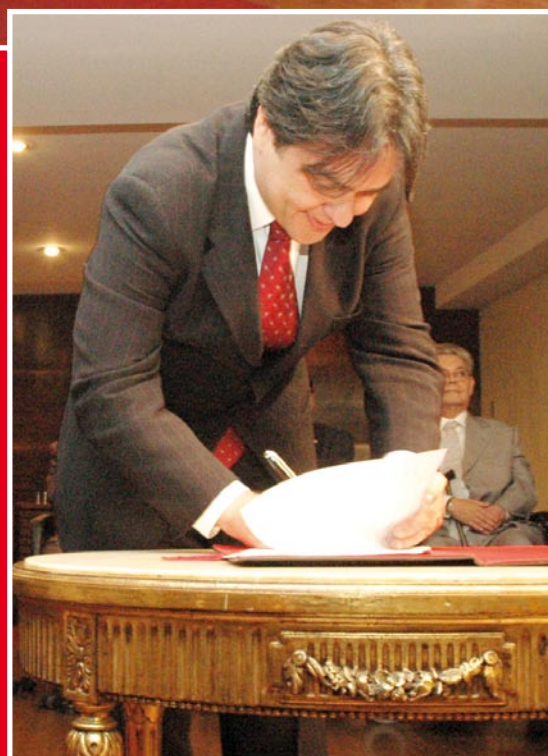
Ano I • Nº 4 • Setembro de 2008



**Servidores
e membros são
beneficiados com
sanção de leis**

O governador Cássio Cunha Lima sancionou duas leis que beneficiaram o Ministério Público da Paraíba: uma criou Promotorias de Justiça, bem como cargos de carreira do MP, e a outra alterou o vencimento básico dos servidores.

Pág. 6



Investindo no aperfeiçoamento

Nada mais importante para qualquer administração do que investir no aperfeiçoamento profissional de seus integrantes. Isto a Procuradoria-Geral de Justiça da Paraíba vem buscando ofertar a seus membros, em todas as áreas de suas atividades.

Nenhum Procurador ou Promotor de Justiça deixou de participar de encontros, congressos ou cursos, cujos conteúdos fossem afeitos as suas atribuições, por ausência da administração na sua concretização. Em sendo o evento fora de sua respectiva sede, sempre vem sendo colocado à disposição do membro todo o aparato administrativo da instituição, com destaque para os setores que se encarregam de toda a logística do evento, ou seja, o deslocamento, as respectivas diárias para a estadia, se for o caso, inscrição, e permanente contato, deixando ao membro apenas a preocupação da efetiva participação.

Nesses contatos dos nossos membros com colegas de outros Estados ou autoridades das mais diversas atividades do Ministério Público, o saldo vem sendo extremamente positivo para a sociedade, destinatário maior do aperfeiçoamento ministerial. Além do que, o constante aprimoramento intelectual do membro ministerial possui três vertentes principais: A elevação de sua auto-estima como profissional, seu engrandecimento cultural e a disseminação com a categoria dos ensinamentos ameadados. Esta é a recompensa maior da instituição.

Outro fato que merece destaque neste contexto e deixa a todos felizes e animados, é a busca espontânea do membro em sua atualização intelectual. Não raras as oportunidades que o mesmo se antecipa aos convites remetidos à administração e, acertadamente, reclama a necessidade do órgão integrar o evento em questão.

Esta política de valoração intelectual do membro ministerial, a depender da administração, tende a ser incrementada, vez que, além dos frutos positivos que vem colhendo, nunca é demais lembrar o pensamento do sempre respeitado educador Paulo Freire: "Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino".

EXPEDIENTE

Procuradora-Geral de Justiça:
Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Subprocurador-Geral de Justiça:
Paulo Barbosa de Almeida
Corregedor-Geral do Ministério Público:
José Roseno Neto
Secretário-Geral do Ministério Público:
Cláudio Antônio Cavalcanti

Jornalista Responsável:
Eloise Elane – DRT/PB- 2687/90
Registro nº 293
Integrantes da Assessoria de Imprensa do
MPPB: Almira Félix, Lila Santos, Iris Porto
Fotógrafo:
Adeilton Almeida
Projeto Gráfico e Diagramação:
Sebastian Fernandes - Registro nº 1.742



Ministério
Público da
Paraíba

Procuradoria Geral de Justiça
Rua: Rodrigues de Aquino, S/Nº, Centro,
CEP: 58.013-030 - João Pessoa-PB

Tiragem: 1.000 exemplares

Opinião

O alcance da responsabilidade civil dos provedores de internet

Alexandre Jorge do Amaral Nóbrega*

O tema em epígrafe, sob todos os aspectos, revela-se fascinante por trazer à colação pensamentos lúcidos, e não menos relevantes, acerca de uma situação da vida cotidiana não mais aferível no mundo imaginário, mas, sim, dentro de uma realidade por todos conhecida, especialmente daqueles que são usuários da Internet: a quem compete a responsabilidade civil por danos provocados pelo mau uso da rede?

Em análise preambular, diríamos, apressadamente, que o provedor perante o qual firmamos o contrato para o acesso à rede seria obrigado, à luz do art.14, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90) a indenizar, na qualidade de fornecedor do mencionado serviço, os danos que por ventura viessem a ser causados aos consumidores por quaisquer defeitos na prestação do citado serviço, independentemente da comprovação de culpa da empresa em destaque (Responsabilidade Objetiva).

Não restam dúvidas de que a responsabilidade civil objetiva poderia ser invocada dentro da relação contratual firmada pelo usuário com o respectivo provedor no que respeita, especificamente, aos serviços contratos, relacionados, por exemplo, com a velocidade de conexão, quantidade de informações acessadas, etc.

Entrementes, a mesma obrigação de indenizar não poderia ser impingida ao provedor nos casos em que o dano verificado não tivesse direta correlação com os serviços contratados, a exemplo do que ocorre com as ações ilícitas perpetradas pelos "invasores virtuais", responsáveis por amealhar informações confidenciais de usuários e utilizá-las para fins escusos.

Em casos que tais, teríamos, forçosamente, que enquadrar ou equiparar a ação perpetrada pelo denominado "cracker" ou "invasor virtual" a uma circunstância excludente da responsabilidade civil objetiva, conhecida pela figura do fato de terceiro, de modo que o provedor, responsável apenas por interligar o usuário contratante ao chamado "Cyberespaço" comum, ficaria desobrigado a indenizar os prejuízos suportados pela vítima, devendo ser a respectiva pretensão indenizatória direcionada contra o agente causador do dano.

De outro giro, o tema remete-nos a uma outra questão igualmente relevante, pertinente aos danos perpetrados por pessoas que residem em outro país, em outro continente. E agora, como proceder?

Sob essa ótica não poderíamos, nem de longe, imaginar a aplicação da nossa legislação pátria ao caso, ora em disceptação, eis que o próprio conceito de "soberania" apareceria como um entrave legal à execução de tal premissa, não se permitindo, pois, a aplicação de uma lei nacional a um fato de conotação internacional.

Dentro dessa cadeia de observação, teríamos, inarredavelmente, de lançarmos mão dos tratados e convenções internacionais, firmados entre os diversos países signatários do citado serviço, como forma de disciplinar a extensão da responsabilidade civil, sob a ótica dessa nova realidade do mundo moderno.

Em raciocínio conclusivo, no nosso sentir, caberia ao Governo Federal, como parte integrante que é da Organização das Nações Unidas, suscitar a elaboração do mecanismo jurídico supramencionado como forma de abraçar tamanha questão de fôlego posta, singelamente, em apreciação.

* Alexandre Jorge do Amaral Nóbrega – Promotor da Curadoria das Fundações da Capital

Promotores fazem mutirão para diminuir processos acumulados

Os Promotores de Justiça Edmilson de Campos Leite Filho, Ana Lúcia Torres de Oliveira, Edjacir Luna da Silva e Otacílio Marcus Cordeiro foram designados pela Procuradora-Geral de Justiça, Janete Maria Ismael, para, em caráter de mutirão, auxiliarem os Promotores Nilo Feitosa (titular) e Alcides Amorim (substituto) na Vara da Execução Penal da Capital, cujo objetivo é desafogar os processos acumulados na Promotoria.

“Fomos designados para dar pareceres e ajudar os colegas a diminuir a quantidade de processos existentes na Promotoria”, explicou Edmilson Filho, informando ainda que existem, em média, 800 processos pendentes na Execução Penal.

Ele disse também que os processos são analisados e dados pareceres que abordam assuntos referentes à progressão de regime penal, livramento de condicional, comutação de pena e extinção de punibilidade.



Promotor Edmilson de Campos



Processos que estão sendo analisados durante o mutirão

“Após dado os pareceres, os processos seguem para ser despachados pelo juiz da Vara da Execução Penal. Estamos nos dedicando bastante”, enfatizou Edmilson.

O Promotor Nilo Feitosa infor-

mou que os promotores que participam do mutirão dão pareceres em 50 processos por semana e que o mutirão vai durar por 30 dias. “Eles estão correspondendo com as nossas expectativas”, observou.

Procuradora-Geral dá posse a nova Diretoria de Tecnologia da Informação do MPPB

O Ministério Público da Paraíba agora conta com uma Diretoria de Tecnologia da Informática. A Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, deu posse a nova diretoria com a orientação de acelerar os trabalhos de informatização da instituição em todo o Estado. Tomaram posse Maria José Gomes de Oliveira, como diretora, Jefferson Ferreira Barbosa, na chefia do Departamento de Desenvolvimento, e Uirá Assis, no Departamento de Suporte.

Anteriormente, o Departamento de Informática era subordinado à Diretoria de Planejamento, mas visando desenvolver o setor, a Procuradora-Geral de Justiça propôs a transformação para Diretoria. “Essa modificação vai proporcionar um maior desenvolvimento na área. Para isso, já está sendo estudada a implantação do



Janete Ismael dando posse aos integrantes da Diretoria de Tecnologia da Informação

sistema Arquimedes e em andamento os trabalhos no sentido de aumentar a capacidade da rede de informática”, afirmou Janete Ismael.

Para a Diretora de Tecnologia da Informação, o setor vai sentir um impulso nas suas ações, pois deixa de estar atrelado a outra Diretoria e passa

a funcionar independente. “Essa ação nos proporcionou mais liberdade para decidir o desenvolvimento de informática. No momento, estamos procurando ampliar a rede do Ministério Público de forma a atingir todos os municípios e facilitar a troca de informações entre os membros do Ministério Público, bem como dos próprios servidores”, afirmou.

Além de facilitar a comunicação processual entre os Promotores e Procuradores, a nova rede deverá se estender a outros órgãos públicos, a exemplo de uma parceria que deverá ser firmada com o Tribunal de Contas do Estado. A parceria será no sentido do TCE disponibilizar dados sobre gastos públicos e a Procuradora-Geral de Justiça terá uma senha para acessar os dados e repassá-los aos Promotores.

Recém-nomeados

Órgão de Ensino do MPPB promove treinamento para novos Promotores

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público da Paraíba – Ceaf – promoveu um Curso de Treinamento e Integração dos novos Promotores Substitutos, que aconteceu no Município de Sousa. Fizeram o treinamento os seis Promotores de Justiça nomeados recentemente.

Durante dois dias, os Promotores participaram de palestras, ministradas por membros (Procuradores e Promotores) do MPPB, abordando vários temas referentes à instituição ministerial, dentre eles: A Atuação da Corregedoria Geral e dos Deveres dos Promotores à Luz da Lei Orgânica do MP; A Atuação do Gaeco; Funcionamento das Fundações, Ceaf e Fesmip e A Prática na Defesa do Patrimônio Público, Meio Ambiente/Consumidor/Gestão de Curadorias, Cidadão e Saúde. Como também tiveram uma breve apresentação da instituição.

“Foi um encontro positivo, onde os novos Promotores de Justiça se mostraram interessados em participar e adquirir mais conhecimento sobre a instituição ministerial”, destacou a Procuradora-Geral de Justiça, Janete Maria Ismael, responsável pela abertura do evento.

De acordo com o Coordenador do Ceaf, Procurador de Justiça, José Raimundo de Lima, os treinamentos são importantes para integralizar os membros do MP. “Esses treinamentos estão criando no parquet paraibano dois pontos: transferência de conhecimentos dos membros mais experientes para os que estão chegando e intercâmbio com aproximação entre todos nós. De modo que cada treinamento tem o tempo coordenado para a convivência fraternal”, destacou.

Ele afirmou também que o Ceaf tem aproveitado a competência dos membros do MP em todas as áreas. “Há apenas um ano de trabalho junto aos coordenadores do Ceaf verificamos que a classe está cada vez mais empenhada nos treinamentos que estamos ministrando, pois visam, especialmente, o efetivo aperfeiçoamento das ações ministeriais dentro dos campos doutrinário, jurisprudencial e prático no Direito”, enfatizou.



O Coordenador do Ceaf destacou ainda a atualização na área do Divórcio e Separação Extrajudicial, assunto ministrado durante o último treinamento, que trouxe novidades em face da lei ser recente e não ter sido, ainda, objeto de discussões. O próximo treinamento será uma atualização mais específica para os Promotores que atuam no Tribunal do Júri. Todos os Promotores aprovados no último concurso público do Ministério Público já passaram por esse treinamento.

Procurador José Raimundo ministra palestra aos novos Promotores

Energisa e Prefeitura terão que iluminar rua em Pombal

O Ministério Público Estadual firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a empresa fornecedora de energia elétrica na Paraíba, Energisa, e a Prefeitura de Pombal-PB para efetuarem a iluminação pública da travessa da rua Francisco Bezerra no município.

De acordo com Rafael Linhares, Promotor de Defesa do Consumidor, o acordo foi firmado com o objetivo de garantir aos contribuintes moradores da rua a prestação do serviço de iluminação pública, bem como a manutenção adequada, assegurando medidas a serem implementadas para a solução dos problemas que afetam a existência, a adequação e eficiência do serviço essencial.

Consta no TAC que a Energisa, mediante a adimplência do Muni-

cípio de Pombal, compromete-se a executar e consumir o projeto de extensão da iluminação pública da travessa no prazo de 40 dias, a contar do pagamento da primeira parcela da quantia de R\$ 4 mil, que será desembolsado pelo prefeitura para a execução do projeto.

“O Ministério Público fiscalizará a execução do acordo, tomando as providências cabíveis, sempre que necessário, ajuizando, inclusive, as medidas pertinentes, como a ação civil pública de execução desse título executivo extrajudicial”, observou Rafael.

O Promotor disse ainda que se termo for descumprido, tanto a Prefeitura de Pombal, como a Energisa, terão que pagar multa diária no valor de R\$ 500,00 limitando-se até o valor da obra.

Trabalho de educação no trânsito visa reduzir mortes em Catolé do Rocha

O Ministério Público Estadual está desenvolvendo ações de educação no trânsito em Catolé do Rocha-PB. O trabalho é feito em conjunto com a Polícia Militar, através de blitzes de cunho educativo e avisos veiculados nas rádios da cidade.

O recém-empossado Promotor de Justiça Substituto Ítalo Mácio foi designado para Catolé do Rocha e ao chegar à cidade observou a ocorrência de muitas infrações ao Código de Trânsito. “O grande problema do trânsito do município são as motos. É comum você ver quatro pessoas em uma moto, por exemplo. Os motoqueiros pilotam sem o capacete, há várias motos com o licenciamento atrasado. Também é grande o número de adolescentes pilotando motos”, declarou.

Para Ítalo Mácio, a proximidade do



Promotor Ítalo Mácio

município com as fronteiras do Ceará e Rio Grande do Norte facilita o uso do veículo como meio para praticar crimes. “Os criminosos se sentem mais à vontade para praticar o crime porque a posição geográfica do município, com muitas saídas, facilita tanto a entrada como o escoamento de veículos usados em crimes, ou roubados, para os estados vizinhos. Inclusive, na Operação Cascavel foi preso um funcionário do Detran

no município”, informou.

Após um mês de trabalho desenvolvido, o trânsito no município melhorou sensivelmente a olhos vistos. Diminuiu o número de menores que dirigiam tanto motos como veículos; as pessoas estão, na sua enorme maioria, usando capacetes; os excessos, como três ou mais pessoas em uma moto, também diminuíram sensivelmente, disse o Promotor.

Horário de recolhimento e liberação de presos é regulamentado em Juazeirinho

O Ministério Público em Juazeirinho, que tem como titular a Promotora de Justiça Carmem Eleonora da Silva, baixou recomendação que regulamenta o horário de recolhimento e liberação dos presos que cumprem pena em regime semi-aberto e aberto na Cadeia Pública do Município.

“Chegou ao conhecimento do Ministério Público que alguns apenados estão desrespeitando o horário de chegada ao estabelecimento prisional, bem como se apresentando em estado inadequado, como de embriaguez”, afirmou Carmen Eleonora, apontando estes, como os principais motivos para publicar a recomendação.

Conforme consta na recomendação, os presos albergados devem cumprir o recolhimento diário, com retorno à cadeia às 18h00 e saída apenas às 6h00 do dia seguinte, sem exceção de feriados. Se o apenado chegar após as 19h00 (tolerância do atraso) deve ser proibida sua entrada na Cadeia Pública, devendo ser registrada falta.

Consta ainda no documento que seja proibida a entrada de albergado demonstrando sinais de embriaguez por álcool ou qualquer substância entorpecente ou semelhante. Na hipótese de seguidos atrasos e sintomas de embriaguez do preso (três ou mais vezes) o Ministério Público deve ser comunicado de imediato.



Promotora Carmem Eleonora da Silva

Operação “Ordenação Urbana” libera calçadas em Uiraúna

A Promotoria de Justiça de Uiraúna (PB) realizou, em conjunto com as polícias civil e militar, a operação “Ordenação Urbana” para orientar os comerciantes locais e proibir a colocação de mercadorias nas calçadas das ruas centrais do município. A operação, realizada em setembro, durou cerca de três horas e flagrou diversas irregularidades, como mesas, cadeiras, churrasqueiras e mercadorias expostas nas calçadas, até veículos estacionados em locais irregulares.

Segundo o Promotor de Justiça Substituto, Carlos Guilherme, os comerciantes foram orientados a retirar as mercadorias da calçada ou mesmo da via pública para que as ruas estejam permanentemente livres para o trânsito. “O trânsito dos pedestres é prejudicado com a obstrução das calçadas porque isso os obriga a andar no meio da rua, correndo risco de serem atropelados”, declarou.

De acordo com Carlos Guilherme, a operação foi realizada para atender a uma série de reclamações da população. “Efetuamos cerca de 24 notificações escritas e verbais e concedemos um prazo de regularização entre 48 horas até 30 dias, variando de acordo com cada caso”, informou.

“Essa é a primeira de uma série de operações que continuarão sendo realizadas não somente nas ruas centrais, mas em todas as ruas da zona urbana. Nas próximas operações não haverá aviso prévio, como ocorreu desta vez”, disse.

O Promotor também informou que se o comerciante desobedecer a lei, o Ministério Público entrará com Ação Penal por crime de desobediência e orientará a Prefeitura a multar os infratores. “O cidadão deve fiscalizar as irregularidades e denunciar o fato à Promotoria. Nós também estamos abertos para receber sugestões”, disse.



Promotor Elmar em visita ao Pico do Jabre

Assinatura de TAC estabelece regramento para empresa de telefonia móvel

Um Termo de Ajustamento de Conduta (Tac) firmado pelo Ministério Público Estadual com autoridades locais estabeleceu o regramento para que uma empresa de telefonia móvel pudesse instalar equipamento de transmissão no Pico do Jabre, ponto mais alto do Estado da Paraíba, localizado no Município de Maturéia, cidade por onde responde, cumulativamente, o Promotor de Justiça Elmar Thiago Pereira de Alencar.

“O Tac foi idealizado para sensibilizar e mobilizar os diversos setores da comunidade em torno das questões que envolvem o desenvolvimento sustentável daquela região, de modo a permitir uma explanação acerca das medidas compensatórias a serem implementadas pelas empresas que exploram a área protegida pela legislação ambiental, ressaltando a necessidade do engajamento da sociedade para conversar e fiscalizar o patrimônio natural”, observou Elmar Thiago.



Promotor Carlos Guilherme

Benefícios

Governador Cássio Cunha Lima sanciona leis que beneficiam instituição e servidores

O governador Cássio Cunha Lima sancionou duas leis que beneficiaram o Ministério Público da Paraíba: uma criou Promotorias de Justiça, bem como cargos de carreira do MP, e a outra alterou o vencimento básico dos servidores.

A solenidade, que aconteceu no Auditório João Bosco Carneiro, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, contou com representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e do Judiciário, membros e servidores do Ministério Público da Paraíba, o Arcebispo Dom Aldo Pagotto e a imprensa.

A Procuradora-Geral de Justiça, Janete Maria Ismael, disse que a sanção das leis foi

de muita importância para a instituição ministerial, que está avançando e crescendo. “A sanção deixou todos os integrantes orgulhosos porque está se valorizando os servidores, os Promotores, e o Ministério Público está acompanhando o Judiciário com a criação desses cargos”.

As leis foram aprovadas por unanimidade pela Assembleia Legislativa na primeira semana de setembro, após a Casa de Epitácio Pessoa apreciar os projetos de lei encaminhados pela Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael. Os relatores das matérias foram os deputados Dunga Júnior e Fabiano Lucena, que votaram pela aprovação e foram acompanhados à unanimidade.

Com a lei foram criados um cargo

de Promotor de Justiça, símbolo MP-2, na comarca de Queimadas, e sete cargos de Promotor de Justiça, símbolo MP-1 nas comarcas de Jericó, Igaracy, Cubati, Cacimba de Dentro, Paulista, Lucena e Arara, respectivamente. O atual cargo de Promotor de Justiça, de 1ª entrância, símbolo MP-1, de Queimadas, foi elevado para segunda entrância, símbolo MP-2.

“Recentes leis elevaram comarcas e criaram cargos de juizes, o que demanda a necessidade, também, de se contar, nessas comarcas e varas, com a presença de um Promotor de Justiça e há o reclamo da sociedade, que necessita da presença do Promotor atuando em cada município onde sua presença se faz mister”, afirmou Janete Ismael.



Governador Cássio sancionando as leis

População de Cajazeiras ganha sede de Promotoria moderna e eficiente

A inauguração da nova sede da Promotoria de Justiça da cidade de Cajazeiras, no Sertão paraibano, foi marcada por muita emoção. A solenidade, que contou com a presença de Procuradores e Promotores de Justiça de todo o Estado e autoridades municipais, homenageou o Promotor falecido, Eriosvaldo da Silva, que teve seu nome dado a nova sede. Familiares do homenageado também participaram do evento

“Concluí que o dia era de ‘Bal’, (apelido carinhoso do Promotor Eriosvaldo da Silva) de homenageá-lo. Acertei, comigo mesma, que dele falarei muito. Eriosvaldo compreendeu a marcha com extrema nobreza e altivez, transformando-se num mensageiro da paz e do bem, em todos os seus atos, pondo em prática silenciosamente os ensinamentos franciscanos, principalmente perante os mais humildes”, afirmou a Procuradora-Geral de Justiça, Janete Maria Ismael, durante o discurso de inauguração. “Ao povo de Cajazeiras é imperioso dizer: essa casa é sua. Entrem sem bater a porta”, acrescentou.

Ela agradeceu a parceria da Prefeitura Municipal de Cajazeiras, na pessoa do Prefeito Antônio Carlos Araújo Oliveira, que, durante a solenidade, assinou o documento de doação do terreno onde o prédio foi construído. Lembrou que as obras foram custeadas totalmente com orçamento do Ministério Público, a exemplo do que está acontecendo com a construção do prédio anexo, em João Pessoa, e como foi o de Campina Grande e de outras Promotorias inauguradas no Estado.

O Prefeito de Cajazeiras, Carlos Antônio, falou sobre a importância da estrutura física da sede do Ministério Público em seu

município e elogiou a administração da Procuradora Janete Ismael. “A construção deste prédio demonstra que a doutora Janete Ismael se preocupa com todas as comarcas do Estado e não só com a Capital. Todas são tratadas igualmente e têm contado com construções de Promotorias da melhor qualidade para o atendimento do povo paraibano”, declarou.

Segundo o Coordenador das Promotorias de Cajazeiras, Promotor de Justiça Alexandre José Irineu, a população terá um melhor atendimento e mais conforto na nova sede. “O trabalho será mais dinâmico porque teremos mais espaço para desenvolver nossas atividades, além de acomodar melhor as pessoas atendidas”, disse.

Alexandre Irineu informou que as promotorias especializadas realizam aproximadamente mil atendimentos por mês. Existem no município as Promotorias Especializadas do Idoso, Infância e Juventude, Cidadania e dos Direitos Difusos. As Promotorias de Cajazeiras também atendem às cidades de Bom Jesus e Cachoeira dos Índios.

Conforme o coordenador atualmente há no município cerca de dois promotores titulares e três substitutos. Alexandre informou que já foram publicados editais para provimento de vagas de promotores em Cajazeiras.

Para a Promotora de Justiça Substituta em Cajazeiras, Airles Kátia de Souza a nova sede das promotorias será um grande diferencial para melhorar a atuação do Ministério Público. “Nossa expectativa é a melhor possível, porque o novo prédio é condizente com o espaço necessário que precisamos, além de ter um projeto arquitetônico moderno. Certamente as novas instalações contribuirão para um melhor



Fachada Sede da Promotoria de Cajazeiras



Momento da inauguração da sede

atendimento à população”, declarou.

O prédio foi construído atendendo às normas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. Segundo informou a chefe da equipe de engenharia do MPPB, engenheira Anna Cecília Arcoverde, a nova sede está equipada com rampa e corrimãos adequados, além de uma bateria de banheiros adaptáveis para atendimento ao público.

Além dessas adaptações, a parte de informática do prédio contém rede com cabeamento estruturado para dados e voz. “O projeto estrutural também foi produzido prevendo futura ampliação para um primeiro andar”, disse Anna Cecília.

Operação “Cascavel”

Ação conjunta entre MPPB, PF e PRF desmantela gangue que roubava e adulterava veículos

Uma ação conjunta entre as Polícias Federal, Rodoviária Federal e do Ministério Público da Paraíba, com o apoio da Secretaria de Segurança e Defesa Social, desmantelou uma gangue que roubava veículos e adulterava documentação em quatro estados: Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e São Paulo. Em torno de 400 homens foram mobilizados para cumprir 35 mandados de prisão e 60 mandados de busca e apreensão nestes estados.

A operação denominada “Cascavel” identificou a existência de uma organização criminosa responsável pela inserção de dados falsos no sistema Renavam, gerenciado pelo Detran da Paraíba e Ciretrans de Campina Grande e Catolé do Rocha, para esquentar veículos placas frias.

As investigações tiveram início em fevereiro deste ano através do Gaeco (Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado) do Ministério Público da Paraíba que, devido a dimensão da organização criminosa, solicitou a ajuda da Polícia Federal. Em princípio, as investigações se voltaram ao acompanhamento de um grupo de assaltantes que atuavam na Paraíba e em Pernambuco, furtando e roubando veículos. Depois, estes veículos eram transportados para a Paraíba, onde tinham seus sinais identificadores modificados em várias sucatas do Estado.

Em setembro, a ação teve continuidade com a Operação Chassi Legal, quan-



Janete Ismael concede entrevista sobre a Operação Cascavel

do o Gaeco do Ministério Público Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil e o Detran apreenderam 19 veículos (carros e motos) com indícios de adulteração no motor e número de chassi, 15 motores de carro adulterados, 61 munições. Foram detidas 16 pessoas na cidade de Monteiro, localizada a 298 km da Capital.

Segundo informações de Kleiton Teotônio da Silva, Chefe do Núcleo de Operações Especiais do PRF, a operação tem como objetivo combater o trânsito de veículos com chassis e motores adulterados. “Dentre os motores que foram apreendidos havia um com registro na Delegacia de Roubos e Furtos”, observou.

Promotor Eleitoral conscientiza eleitor através do rádio e literatura de cordel

O Promotor Eleitoral Herbert Vitório Serafim de Carvalho, inovou a forma de conscientizar o eleitor paraibano e desenvolveu, juntamente com a dupla de artistas, Macambira e Querindina, sete spots (peças publicitárias de rádio) e a cartilha “Um bicho chamado corrupção – voto não é mercadoria”, em forma de literatura de cordel. Os spots foram disponibilizados para todas as rádios da capital do Estado.

Herbert Vitório, da 19ª Zona Eleitoral de Esperança-PB, desenvolveu o material juntamente com os artistas Antônio Fernando Santos e Marinalva Bezerra Santos, que formam a dupla Macambira e Querindina, respectivamente. Eles utilizam o humor e o repente (poesia musicada feita de improviso) para conscientizar o eleitor sobre a importância do voto consciente.

Tanto a cartilha quanto os spots foram



Promotor Herbert Vitório

desenvolvidos dentro da campanha “Votar pra Valer”, realizada pelo Ministério Público Estadual, Procuradoria Regional Eleitoral e Faculdade Maurício de Nassau.

Para o Procurador Regional Eleitoral José Guilherme Ferraz da Costa, esse é um trabalho criativo e inovador, diante da necessidade de produzir campanhas publicitárias em uma linguagem mais acessível ao cidadão. José Guilherme parabenizou a iniciativa e o trabalho desenvolvido pelo Promotor e pelos artistas da cidade de Esperança.

“Este, certamente, simboliza o compromisso do Ministério Público Eleitoral, não apenas na sua atuação processual e punitiva, mas também na integração com a sociedade civil, objetivando educar e prevenir a prática de ilícitos eleitorais”, afirmou o Procurador.

Combate a corrupção

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ TIVERAM ORIENTAÇÕES SOBRE COMO COMBATER A CORRUPÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO VOTO CONSCIENTE. AS ORIENTAÇÕES FORAM DADAS POR MEIO DE PALESTRAS PROFERIDAS PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA, ANA CAROLINA COUTINHO.



Promotora ministra palestra para crianças

Ana Carolina faz palestras para crianças e adolescentes nos municípios de Bonito de Santa Fé e Itabaiana

A Promotora Ana Carolina explicou que além das palestras os alunos receberam também material da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” e cartilhas, doadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, sobre como votar de forma consciente. “Esse material foi distribuído também para toda a comunidade”, observou.

“A intenção desse trabalho foi esclarecer, não só crianças e adolescentes, mas todos dos malefícios trazidos pela corrupção e para alertá-los da importância de se votar de forma consciente”, afirmou Ana Carolina, explicando sobre os objetivos do evento.

Em Itabaiana

Já no município de Itabaiana a Promotora Miriam Vasconcelos reuniu, no Salão do Tribunal do Júri da cidade, representantes dos mais variados segmentos dos municípios de Mogeiro, Salgado de São Félix, Juripiranga e Itabaiana, para o lançamento oficial da campanha “Vote Certo”.

A Promotora disse que durante o evento houve a apresentação de peça teatral acerca do prefeito corrupto, que foi realizada pelos funcionários da Promotoria de Caiçara. Aconteceu também uma dinâmica com os presentes, que através de sorteios, responderam várias questões sobre o combate à corrupção na administração municipal.

“Foi um evento bastante proveitoso, já que é preciso alertar que os comportamentos de alguns políticos ainda estão à margem da retidão, da seriedade, do respeito às leis e, sobretudo, da nossa cidadania”, destacou Miriam.

Durante a reunião houve distribuição de cartazes e banners para que fossem afixados nos estabelecimentos de ensino e nas igrejas.

Peça teatral transmite conceitos do ECA e alerta sobre crianças excluídas

O Ministério Público lançou em setembro a peça teatral *Infância Levada* para transmitir conceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de forma clara e de fácil percepção, através da arte.

Infância Levada foi promovida pela Promotoria da Infância e Juventude da Capital, com o apoio da Companhia de Teatro Encena em comemoração aos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo a Procuradora-Geral de Justiça Janete Ismael, essa é mais uma iniciativa louvável da Promotoria de Infância e Adolescência do MPPB, mostrando que a criança tem direito de brincar, de ter entretenimento e não se vê isso para as crianças de rua que são excluídas. “Essa manifestação da Promotora Soraya Escorel, através da peça, é um alerta para que a criança excluída tenha recreação e entretenimento”, disse.

Para a Promotora da Infância e Juventude da Capital, Soraya Escorel,



Peça Teatral Infância Levada

a peça quer provocar uma reflexão sobre a importância de não apenas o poder público se responsabilizar pela situação dessas crianças, mas também a família e a sociedade civil.

“Cada um pode dar sua parcela de contribuição para retirá-las das ruas por meio de atitudes simples”, afirmou a Promotora.

O espetáculo teatral, baseado no ECA, conta a história do julgamento de um menino de rua chamado Garoto Lê-lê, através de personagens que representam seus papéis diante do tribunal da vida. São eles: advogado de defesa, chamado de “Doutor Estatuto”, e advogado de acusação, o “Doutor Povo”. E o réu é justamente o menino de rua, o “Garoto Lê-lê”.

Infância levada traz no elenco a dramaturga Celly de Freitas, também autora do texto, além de Cinthya Daniely, Gigliola Melo, Joviana Oliveira e Thaís Piquet. A direção é de Joht Cavalcanti.